

OS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A MILITÂNCIA COMO ESPAÇO EDUCATIVO

ENVIRONMENTAL MOVEMENTS AND ENVIRONMENTAL EDUCATION: MILITANCE AS EDUCATIONAL SPACE

Elaine de Sousa Guideti Junqueira*
Clarice Sumi Kawasaki**

RESUMO: Foi no interior dos Movimentos Ambientalistas que surgiram a primeiras iniciativas do que chamamos atualmente de Educação Ambiental. E é sobre estes movimentos que este estudo se debruça, desenvolvendo um histórico dos mesmos no mundo e no Brasil, a fim de conhecer suas principais características, contextos sociais em que surgiram e sua relação com uma educação que nasceu da militância junto a esses movimentos sociais. Este estudo é parte de uma pesquisa maior que se propõe ao estudo do estado da arte da pesquisa em EA no Brasil, que analisou teses e dissertações desta área do conhecimento e que abordam a temática dos movimentos ambientalistas. Trata-se de um estudo teórico, baseado em autores referenciados nestas teses e dissertações e aqueles que permitiram um diálogo fecundo com os mesmos. Este estudo demonstrou que a herança dos movimentos ambientalistas europeus e norte-americanos sobre os nossos movimentos é inegável, fomentando discussões e ações em torno de suas principais ideias até os dias atuais. Todavia a realidade social brasileira, que é bem diferente da realidade destes outros países, trouxe particularidades que marcaram expressivamente a nossa experiência. Assim, os movimentos ambientalistas brasileiros escreveram uma nova história, possivelmente mais próxima da história dos movimentos na América Latina, cuja realidade social é mais próxima da nossa. Infelizmente, esta história latino-americana não pôde ser desenvolvida neste texto. O papel da educação ambiental neste contexto, enquanto uma educação não formal e de caráter sociopolítico, nascida da militância no seio destes movimentos ambientalistas, é destacado ao final deste texto.

Palavras-chave: Movimentos ambientalistas; Educação ambiental; Educação popular.

ABSTRACT: It was within the Environmental Movements that the first initiatives of what we now call Environmental Education arose. And it is on these movements that this study studies, developing a history of the same ones in the world and in Brazil, in order to know its main characteristics, social contexts in which they appeared and its relation with an education that was born of the militancy next to these social movements. This study is part of a larger research that proposes to study the state of the art of research in EA in Brazil, which analyzed theses and dissertations of this area

* Mestrado em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Contato: elaineguideti@yahoo.com.br

** Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da USP, onde coordena o Laboratório Interdisciplinar de Formação do Educador. Contato: sumi@ffclrp.usp.br

of knowledge and that address the theme of environmental movements. It is a theoretical study, based on authors referenced in these theses and dissertations and those who allowed a fruitful dialogue with them. This study has shown that the legacy of European and US environmental movements about our movements is undeniable, fostering discussions and actions around their main ideas to this day. However, the Brazilian social reality, which is very different from the reality of these other countries, brought particularities that marked our experience significantly. Thus, Brazilian environmental movements have written a new history, possibly closer to the history of movements in Latin America, whose social reality is closer to our own. Unfortunately, this Latin American story could not be developed in this text. The role of environmental education in this context, as a non-formal and socio-political education, born of militancy within these environmental movements, is highlighted at the end of this text.

Keywords: Environmental movements; Environmental education; Popular education.

INTRODUÇÃO

O debate a respeito dos problemas ambientais e dos seus impactos sobre a sociedade têm sido constante nos meios de comunicação, nos espaços de representação política, sindicatos, movimentos sociais e nas produções acadêmicas. Esses problemas construídos historicamente evidenciam que a compreensão que se tem sobre a relação sociedade e natureza é uma relação cultural e não natural (CAVALARI, 2007). Nesta relação, não há “o Homem”, tampouco “a Natureza” (DUARTE, 2005, p.78), já que faz parte da condição humana relacionar-se com a natureza. O que é novo e diferenciado é a maneira como isso ocorre.

No mundo ocidental contemporâneo, essa relação foi fortemente marcada por uma visão dicotômica, da separação entre sujeito-objeto (CAVALARI, 2007). Por esta visão dicotômica, a natureza passa a ser compreendida como objeto de conhecimento e dominação do ser humano (CARVALHO, 2006). Essa relação utilitarista da sociedade sobre a natureza provocou ao longo da história, a intensificação do consumo dos recursos naturais e energéticos, causando problemas ambientais de ordem global como a interrupção de processos ecológicos, extermínio de espécies e degradação da natureza. Para Leis (1991), é uma cultura que foi adotando progressivamente padrões individualistas e reducionistas, desinteressando-se pela interconexão profunda entre fenômenos de diversos níveis.

Para Leff (2001), a percepção da crise ambiental não se dá de forma homogênea, pois suas manifestações ocorrem de acordo com o contexto geográfico, cultural, econômico e político, podendo, desde a década de 1970, observar as diferentes formas de manifestações dos interesses e preocupações dos países industrializados e os emergentes, diante da crise ambiental.

É nesse contexto que os *movimentos ambientalistas* (MA), apoiados por outros setores da sociedade civil, passam a ter um papel ativo na denúncia, na luta e na busca de soluções contra o agravamento dos problemas ambientais. Uma das respostas a estes problemas foi dada com a emergência das propostas de *educação ambiental* (EA), representando um elemento crítico aos padrões de consumo da sociedade, objetivando combater os problemas da crise ambiental. Assim, a EA foi sendo gestada no interior das lutas e discussões realizadas por estes movimentos, sendo herdeira direta do debate ecológico e, por isso, parte fundamental do movimento ecológico/ambientalista.

O objetivo deste estudo de natureza teórica foi o de realizar um resgate histórico destes movimentos ambientalistas nos países europeus, EUA e Brasil, buscando responder as seguintes questões: Quais são, que características possuem e em que contextos sociais estes movimentos surgem no mundo? E no caso brasileiro, o que se pode dizer sobre estes mesmos aspectos? Qual foi a herança que o MA brasileiro recebeu destes movimentos que aconteceram no mundo? Que particularidades, o caso brasileiro apresenta? É possível, a partir desta retrospectiva histórica, identificar as concepções e tendências teóricas destes movimentos ambientalistas? Se sim, quais são? E, finalmente, qual é o lugar/papel da EA nestes movimentos?

Este trabalho optou pelo uso genérico da terminologia *movimento(s) ambientalista(s)*, mesmo considerando a multiplicidade de movimentos e a diferença marcada, por alguns autores, nos termos e denominações que, certamente, trazem concepções diferentes. Estas distinções conceituais, que serão importantes na discussão das diferentes concepções de movimentos ambientalistas, serão feitas posteriormente, em outra publicação, a qual se constituirá o quadro teórico de análise da pesquisa sobre o estado da arte da pesquisa em EA-MA, a qual este texto produzido se insere.

OS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS NA EUROPA E NOS ESTADOS UNIDOS

Para McCormick (1992), os *movimentos ambientalistas* têm suas origens em lugares e tempos diferentes e por variados motivos. No entanto, apresentam uma tendência comum, a de partir do local e por meio de agregações e articulações para formarem movimentos globais. Outro aspecto comum é que as origens desses movimentos estão relacionadas a um contexto histórico, marcado por mudanças sociais, econômicas e tecnológicas provocadas pela Revolução Industrial (1760-1860), que intensificaram os fluxos migratórios e aceleraram o processo de urbanização. A implantação e o crescimento de bases industriais produziram um conjunto de alterações espaciais, que tiveram em comum, o crescimento urbano e a apropriação dos espaços rurais para o aumento da produção de mercadorias, transformando a relação da sociedade com o meio natural.

Na Europa, estes movimentos tiveram suas origens na Inglaterra vitoriana (1837-1901) e estavam correlacionados com a era das descobertas científicas, entre os séculos XVI e XVIII (MCCORMICK, 1992). Para este autor, a influência da História Natural, sobretudo, a partir dos estudos realizados no campo da Botânica e da Zoologia, neste mesmo período, contribuíram para alterar a percepção antropocêntrica dessa relação homem-natureza. A História Natural se tornou um passatempo vitoriano afetando a visão do homem quanto ao seu lugar na natureza, buscando restaurar a visão romântica da convivência harmoniosa entre homem e natureza, a partir do despertar da consciência da sociedade para com as belezas naturais.

Com efeito, o meio natural até então percebido como algo estranho e proibido, uma visão antropocêntrica da natureza, passou a ser compreendido como espaço harmonioso, belo e tranquilo. Esta ideia passou a influenciar os românticos vitorianos, como pintores e poetas, que por meio de suas obras, começaram a expressar sua indignação diante das alterações ambientais ocasionadas pelo homem e suas ferramentas (MCCORMICK, 1992).

Paralelo a este movimento, emerge uma consciência biocêntrica ou ecocêntrica que, ao contrapor-se ao antropocentrismo, busca interagir e

harmonizar-se com a natureza. Nesta proposta, não é somente o ser humano que importa, mas todos os seres vivos, implicando nisso o bem comum, o bem de todo o planeta. Para os adeptos deste movimento, os animais fazem parte da esfera de consideração moral dos seres humanos e todo o ambiente natural e seus seres possuem importância jurídica própria, tendo conseqüentemente um valor inerente.

É neste contexto que surgem os naturalistas, que viam nos progressos das pesquisas a importância da proteção ao meio ambiente para a sobrevivência da civilização. À medida que os naturalistas aprendiam mais sobre a natureza, mais reconheciam o calibre das ameaças colocadas pela atividade humana (MCCORMICK, 1992).

Uma importante influência para os movimentos ambientalistas britânicos foi a cruzada contra a crueldade com os animais pelos protecionistas britânicos, os precursores dos movimentos ambientalistas britânicos, que acreditavam que poupando os animais selvagens seria possível resguardar a organização da sociedade (MCCORMICK, 1992). Neste contexto, é fundada a *Society for the Protection of Animals*, em 1824, que tem como principal preocupação, a matança indiscriminada de aves marinhas, a crueldade contra animais domésticos, o tiro aos pombos e a caça desenfreada de animais silvestres.

Em reação às condições de vida nas cidades industriais surge um movimento de proteção da vida selvagem e da preservação de espaços verdes em áreas urbanas. Apesar disso, a necessidade de criação de áreas protegidas ainda era vista como menos urgente diante da crueldade aos animais selvagens, tanto é que a criação de parques britânicos só ocorreu após a 2ª Guerra Mundial (MCCORMICK, 1992).

A crescente popularidade da História Natural nos países britânicos, bem como, o movimento romântico influenciaram, profundamente, os movimentos ambientalistas norte-americanos. A exemplo da Grã-Bretanha, escritores românticos e filósofos dos séculos XVIII e XIX se encantaram com a beleza da natureza virgem americana, que acabou por inspirar escritores, poetas e cientistas como Ralph Waldo Emerson, Henry David Thoreau, Alexander Wilson e John James Audubon (MCCORMICK, 1992).

Em 1864, um decreto do congresso determinou a criação de espaços para a recreação e lazer públicos. A criação de espaços para tais fins e como elemento de administração da terra, nunca havia sido adotada nos Estados Unidos, por isso, fica evidente que a criação destas primeiras áreas decorre da ação destes primeiros movimentos ambientalistas (MCCORMICK,1992).

Neste contexto, McCormick (1992), em meados do século XIX, identifica dois movimentos importantes: de um lado, um grupo de pessoas preocupadas com a preservação de áreas nativas, sem uso para fins de recreação e educacional e de outro, um grupo de pessoas que acreditavam que os recursos poderiam ser explorados, mas de modo planejado. Dessa forma, emergem duas correntes no interior desses movimentos – a corrente preservacionista representada por John Muir, e a corrente conservacionista, liderada por Gifford Pinchot. A corrente preservacionista estava mais próxima da visão do protecionismo britânico, enquanto que a corrente conservacionista estava voltada para uma tradição das ciências florestais alemãs, a qual, a partir da premissa de que a natureza é repetidamente lenta e os processos de manejos poderiam torná-la eficiente, a conservação deveria partir de três princípios: desenvolvimento dos usos de recursos para as gerações futuras, prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para toda a população.

Para Diegues (2001), o movimento preservacionista estadunidense tinha por princípio político, a proteção da natureza contra o desenvolvimento industrial, moderno e urbano, a partir de uma apreciação estética e espiritual da vida selvagem. Nesse sentido, a criação de parques nacionais para a preservação da vida selvagem ameaçada pela população urbano-industrial constituía-se em uma das principais reivindicações dos preservacionistas, que tiveram como primeiras conquistas a criação de parques nos EUA: o Yellowstone Park (em 1872) e o Yosemite Park (em 1890), este último creditado ao ativismo de John Muir. O objetivo desses parques era criar áreas com espaços ecológicos importantes para que visitantes apreciassem suas belezas ecológicas e estéticas, não permitindo moradores em seus interiores. Este modelo de parque que separava homem da natureza foi posteriormente implantado em outras nações, inclusive no Brasil, evidenciando a força das ideias preservacionistas. Já, a outra corrente, o conservacionismo, tinha como

princípio, a exploração dos recursos naturais, mas de maneira racional e sustentável (DIEGUES, 2001).

Para este autor, tanto o preservacionismo como o conservacionismo promoveram uma dicotomia homem-natureza. O preservacionismo, ao trazer uma visão *wilderness* de proteção à natureza, parte de uma concepção de relação homem-natureza que se aproxima de um naturalismo reativo, cujas premissas afirmam que a única maneira de proteger a natureza era afastá-la do homem por meio da criação de ilhas. Este preservacionismo que se espalhou rapidamente pelo mundo, especificamente pelos países ditos de terceiro mundo (incluindo o Brasil), acabou por disseminar uma dicotomia entre a população e os parques.

O efeito dessa oposição foi sentido fortemente nesses países, pelas populações “tradicionais” como os extrativistas, pescadores e índios, que possuíam uma relação harmônica com a natureza. Nesses países, as florestas remanescentes sempre foram ocupadas por moradores de sociedades tradicionais, desta forma, a transposição de modelos dos parques americanos, como o de Yellowstone, para os países subdesenvolvidos, ocasionou sérios conflitos devido as diferentes visões das populações desses países com a natureza. O conservacionismo americano, por sua vez, apesar de possuir em suas pautas de luta, a conservação de recursos de forma sustentável, tinha os parques como a única maneira de salvar áreas protegidas da intervenção humana. Porém, nestes espaços, o homem enquanto sociedade humana, também, não estava presente, pois os seres humanos não eram capazes de conviver em harmonia com a natureza. E, por isso, o conservacionismo tradicional norte-americano também promoveu uma dicotomia homem-natureza, já que, este, via o valor estético, biológico e ecológico, mas não necessariamente as populações humanas. Para o autor, esses parques emergiram com uma visão antropocêntrica da natureza, privilegiando fundamentos estéticos, culturais e religiosos do ser humano, sobretudo da população urbana.

Esta disputa entre preservacionistas e conservacionistas marcaram os debates nos movimentos ambientalistas até a década de 1960 e incentivaram a criação de parques em diferentes países. Além disso, as ideias do

conservacionismo foram precursoras do que na contemporaneidade se conhece por “desenvolvimento sustentável”, influenciando debates e eventos de todo o mundo: “Ecodesenvolvimento” nos anos 70, Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972), Eco-92, além das discussões em publicações internacionais como a Estratégia Mundial para a Conservação da UICN (1980) e um Novo Futuro Comum (1986) (DIEGUES, 2001).

Entretanto, foi ainda nesta década de 1960, que segundo McCormick (1992), se deu a revolução ambientalista, nas concepções e ações dos movimentos ambientalistas, sobretudo nos Estados Unidos, na qual se buscou uma ruptura no estrito debate entre preservacionistas e conservacionistas. Para ele, as mudanças responsáveis por esse novo caminho começaram a aparecer bem antes dos anos 60 e se inter cruzaram com fatores sócio-políticos amplos que resultaram em uma nova força no sentido de mudança social e política, especialmente, por cinco fatores: a era dos testes atômicos, o livro “Primavera Silenciosa”, as diversas publicações sobre desastres ambientais, os avanços nos conhecimentos científicos e a influência de outros movimentos sociais.

As questões ecológicas passaram a ocupar espaço ao lado de outros movimentos sociais como o antimilitarismo/pacificismo, direito das minorias, movimento dos negros, entre outros, sendo caracterizadas como questões de caráter difuso na sociedade (DIEGUES, 2001). A contribuição destes movimentos sociais foi muito importante para os movimentos ambientalistas nos Estados Unidos e na Europa, embora não existisse uma relação direta entre eles, pois cada um deles possuía valores e clientelas diferentes (MCCORMICK, 1992).

Desse modo, as décadas de 60 e 70 foram marcadas pelo surgimento de um “novo ecologismo” que não possuía em suas agendas somente perturbações voltadas para o “mundo natural”, como, poluição, desmatamento entre outros, pois se preocupava em incorporar o homem em suas lutas, se opondo ao padrão industrial, científico moderno e aos valores estabelecidos pela cultura ocidental (CARVALHO, 2004 e 2006 e DIEGUES, 2001). Diferente dos movimentos preservacionistas e conservacionistas do período anterior, que

buscavam proteger ambientes naturais da sociedade, este incluía a sociedade humana, trazendo para o centro do debate político, a luta contra os impactos naturais e sociais decorrentes do avanço científico e tecnológico, tanto no campo quanto nas cidades (LISBOA, 2009). Com forte caráter ativista e político, fundamentava-se em uma crítica à sociedade capitalista que homogeneizava culturas, limitava liberdades individuais e destruía a natureza (MCCORMICK, 1992 e DIEGUES, 2001).

Nesse sentido, os novos movimentos ambientalistas tornaram-se capazes de exercer pressão sobre o segmento político com o apoio da sociedade forçando, em alguns países, a classe política a assumir responsabilidades na formação de leis que garantissem a proteção dos recursos naturais e a qualidade de vida das populações (MCCORMICK, 1992).

Segundo uma leitura de Acselrad (2009), estes movimentos ambientalistas despontam nas preocupações da sociedade e do governo, por duas vias absolutamente distintas. Uma visão provém de um movimento contracultural, que questionava o consumismo e a contaminação associada aos modelos de produção industrial, chamando a atenção da população para os problemas ambientais que afligiam a sociedade e a incapacidade do governo em gerenciar os problemas. Enquanto, a outra visão, originária do Clube de Roma, estava preocupada com a continuidade do modelo de acumulação capitalista, que defendia a necessidade de zerar o crescimento econômico, como forma de garantir a preservação dos recursos naturais. A disputa política e ideológica entre estes movimentos resultou em uma série de debates internacionais sobre a questão ambiental na década de 1970, com destaque para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Estocolmo, 1972), que influenciou muito o crescimento dos movimentos ambientalistas no âmbito internacional, pois foi a primeira vez que foram discutidos, em domínio intergovernamental, os problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente (MCCORMICK, 1992).

Esta Conferência produziu uma Declaração contendo metas ambientais, que culminaram, em 1974, na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e, em 1987, na publicação do Relatório Nosso Futuro Comum. Neste relatório, busca-se conciliar o crescimento econômico com a

defesa do meio ambiente, por meio de um “desenvolvimento sustentável”, definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988) como o suprimento das necessidades das atuais gerações sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender as próprias necessidades. Este conceito que orientou as discussões na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, tornou-se desde então, em expressão repetida na formulação de políticas públicas em diferentes esferas de poder e nas ações de movimentos ambientalistas no mundo todo.

A necessidade de uma nova postura diante das questões ambientais acarretou também a necessidade de uma educação voltada para este cenário. Assim, a educação ambiental (EA) nasce no interior destes movimentos ambientalistas, sendo foco de novos discursos dentro das conferências mundiais ambientais e dos movimentos sociais relacionados a esta temática (REIGOTA, 2009).

Várias conferências internacionais são apontadas como marcos para a consolidação da EA, tais como: a Conferência de Estocolmo (em 1972), anteriormente mencionada como marco para o desenvolvimento do ambientalismo, que introduziu o termo “educação ambiental” nas agendas internacionais; a Conferência Internacional de Belgrado (em 1975) que culminou com a formulação de princípios para a formulação de um programa internacional de EA, focado na erradicação da pobreza, do analfabetismo da fome, da poluição, exploração e dominação humanas; a Conferência Internacional de Tbilisi (em 1977), que foi a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, apresentando os objetivos, funções, estratégias, características e recomendações para a EA e a Conferência Internacional de Moscou (em 1987), que avaliou o desenvolvimento da EA desde a Conferência de Tbilisi, e traçou um plano de ação para a década de 90. Tais fóruns e conferências resultaram de esforços estatais e governamentais, mas foram, principalmente, impulsionados pelas lutas e movimentos sociais, que viam na educação ambiental, a possibilidade de desenvolver e multiplicar uma conscientização maior sobre estas questões.

OS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS NO CENÁRIO BRASILEIRO

A questão ambiental brasileira atual não se dissocia do conjunto de transformações pelas quais passaram o mundo no século XX e inseriram, especialmente, a partir da década de 1960, as preocupações com a natureza na pauta das discussões políticas e econômicas. O processo de desenvolvimento urbano e industrial, favorecido por políticas estatais desde a década de 1930 e a aceleração do ritmo do crescimento econômico, com o ingresso das multinacionais na década de 1960, criaram novos problemas ambientais e intensificaram àqueles que já existiam, sobretudo, nos espaços urbanos. É neste cenário que surgem os primeiros movimentos ambientalistas no Brasil, numa postura de clara contestação aos efeitos negativos do desenvolvimento econômico capitalista.

Muito da história dos movimentos ambientalistas brasileiros se aproxima dos europeus e norte-americanos, já que foi lá que muitos de nossos pensadores e militantes ambientais se inspiraram para sua atuação ambiental no país. Todavia, o caso brasileiro apresenta particularidades em relação a estes movimentos, já que se refere a contextos sociais bem diferenciados daqueles encontrados nestes outros países. Assim, a retrospectiva histórica do caso brasileiro se fará em paralelo ao destes outros movimentos, buscando abordar também aqueles aspectos que caracterizam esta singularidade.

Na realidade, o momento embrionário do movimento ambientalista brasileiro surgiu no país quase que paralelamente ao nascimento e desenvolvimento dos movimentos dos anos 70 na Europa e nos Estados Unidos. Para Sirks (1992) e Jacobi (2003), de todos os países latino-americanos, o Brasil foi aquele que se apropriou e difundiu o discurso ambientalista mais rapidamente, acompanhando a tendência de crescimento multifacetada da questão ambiental no mundo.

Assim, os movimentos ambientalistas no Brasil não podem ser analisados fora deste contexto mundial, já que vários de seus aspectos e características vieram desta importante herança. Assim como nos movimentos ambientalistas europeus, entre os séculos XIX e XX, a influência das ideias positivistas, sobretudo, as vinculadas ao princípio do desenvolvimento da

ciência, foram fundamentais para os movimentos brasileiros. No séc. XX, estes movimentos levaram à criação de órgãos ambientais e leis ambientais que perduram até os dias de hoje. A partir de 1937, foram criados os parques nacionais e estaduais tal qual a perspectiva preservacionista destes outros países, disseminando uma dicotomia entre a população e os parques.

Todavia, todas estas influências chegaram em um país, no qual a realidade social era outra. Diferentemente destes outros países, o Brasil trazia em sua história ambiental, a herança de um colonialismo exploratório e perverso, que marcou toda esta experiência. Embora estes movimentos tenham surgido aqui na segunda metade do século XX, os problemas ambientais remontam a incorporação do país como uma colônia de exploração à economia mundial ocidental, e acompanha toda a sua expansão econômica e territorial, com efeitos perversos, sobretudo, em relação à redução da cobertura vegetal. É importante destacar este aspecto, pois ajuda-nos a entender a herança colonialista de exploração da natureza que perdura até os dias de hoje.

Diegues (2001) explica que este encantamento pelas terras brasileiras ocupou um lugar importante no imaginário europeu, no qual o Brasil passou a assumir a imagem de um reencontro com o paraíso perdido. Esta imagem foi utilizada para a formação de uma identidade cultural nacional e instrumento de propaganda internacional, contribuindo negativamente para despertar um grande interesse pelas riquezas naturais brasileiras, que levariam, segundo Bones e Hasse (2002), à devastação de suas matas litorâneas.

A exploração da nossa primeira riqueza natural – o Pau-Brasil, fez com que, em poucos anos, o melhor das matas costeiras que continham esta preciosa árvore se esgotasse. Para Prado Júnior (1979), foi este ciclo de exploração dos bens naturais - cana-de-açúcar, algodão, ouro, café, etc, por meio de um sistema de exploração descuidado e extensivo, que levou ao acelerado esgotamento das nossas reservas naturais.

Talvez isto explique em parte, porque ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos e Inglaterra, no qual a crítica à destruição natural esteve associada ao *Ethos* romântico, no Brasil, a crítica à devastação ambiental brasileira não trazia um valor estético ou intrínseco da natureza, mas sim um

valor político e como aparato para o crescimento (PÁDUA, 1987). Na verdade, o Brasil viveu o papel do colonizado e não do colonizador.

Foram vários os movimentos de proteção à natureza, no início do século XX, que conduziram à criação do serviço florestal (1921), dos códigos de caça, pesca, minas, águas (1934) e do Código Florestal (1934); e a política de regularização da utilização dos bens naturais, pelo governo de Getúlio Vargas (1930-1945), que levou à uma série de leis e órgãos voltados para o abastecimento de água e saneamento básico. Entretanto, não obstante, as iniciativas de pequenos grupos e poucas leis sobre questões relacionadas aos bens naturais, não havia, até 1950, no Brasil, uma preocupação generalizada com a defesa sistemática do meio ambiente. As normas existentes até então estavam voltadas para o saneamento, a conservação e preservação do patrimônio histórico, natural e artístico e as preocupações eram com relação à seca e enchentes.

Assim como nos EUA, as preocupações com a conservação e preservação do patrimônio natural resultaram na criação de parques nacionais (a partir de 1937) e de florestas protegidas no NE, S e SE do país. Conforme já apontado por Diegues (2001), o Brasil criou parques nacionais que eram “reservas naturais”, as quais seus moradores ficavam excluídos ou marginalizados destes espaços, reforçando o que ele chamou de uma dicotomia homem-natureza. A criação destas reservas naturais não impediu o processo de devastação ambiental, especialmente, com o avanço da fronteira agrícola para o centro-oeste e norte do país.

A poluição das águas e o crescimento urbano desordenado tornaram ainda mais visíveis os problemas ambientais brasileiros. Segundo Sirks (1992), este quadro foi se exacerbando, alcançando sua expressão máxima durante o “milagre econômico” do regime militar, quando se deu o crescimento desordenado das metrópoles, o incêndio em Cubatão, a devastação de quase 10% da floresta amazônica, o primado absoluto do automóvel e a primeira usina nuclear.

É neste cenário caracterizado pela percepção dos graves problemas ambientais, somado ao aumento da inflação, da dívida externa, da desigualdade social originada pela má distribuição de renda no país, da luta

contra os governos autoritários (ditadura militar) e da busca pela democracia que surgem, nas décadas de 1950-60, os primeiros movimentos ambientalistas brasileiros (SIRKS,1992).

Porém é somente na década de 1970 que os movimentos ambientalistas brasileiros surgem com maior expressão social. Para Viola e Leis (1992), este fenômeno resulta tanto de processos exógenos, a exemplo da Conferência de Estocolmo realizada em 1972 e a volta dos exilados políticos em 1979, como de processos endógenos que incluem a superação do mito desenvolvimentista, a devastação da Amazônia, a formação de uma nova classe média preocupada com a qualidade de vida e o fracasso dos movimentos armados de esquerda.

Bones e Hasse (2002), Carneiro (2003), Jacobi (2003), Viola e Leis (1992) descrevem os principais eventos e instituições ambientalistas criadas a partir da década de 1970 no país. Destacam-se aqui a criação, em 1971, de uma das primeiras entidades ambientalistas no país - a Agapan (Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente), e a publicação do “Manifesto Ecológico Brasileiro” (1976), de José Antônio Lutzenberger, um dos fundadores da Agapan, que passa a ser um dos principais referenciais teóricos dos movimentos ambientalistas brasileiros (PÁDUA, 1991).

Com o processo de abertura política (1973), Pádua (1991) identifica a fundação de diversos grupos ecológicos e instituições nacionais e internacionais, tais como, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, a União Mundial para a Conservação (IUCN) e o Fundo Mundial para Natureza (WWF), que inicia um programa de financiamento em colaboração com agências ambientais.

A Conferência de Estocolmo (1972) teve um papel importante na discussão sobre a questão ambiental brasileira e para a estruturação dos grupos ambientalistas. Segundo Jacobi (2003), nos debates desta Conferência começaram acusações entre países “desenvolvidos e industrializados”, que defendiam limites ao crescimento econômico, e os chamados “em desenvolvimento”, que argumentavam ter o direito à industrialização e ao crescimento econômico. O Brasil liderou o bloco dos países desenvolvimentistas, que viam no aumento das restrições ambientais, uma interferência nos planos nacionais de desenvolvimento (JACOBI, 2003).

Segundo Gonçalves (2006), esta posição assumida pelo governo brasileiro nesta Conferência gerou uma série de críticas internas e externas. Em resposta a elas, em outubro de 1973, o governo criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) vinculada ao Ministério do Interior. Esse órgão tinha a função de criar estratégias para a conservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais (JACOBI, 2003; PÁDUA, 1991).

Como resultado da ação da SEMA, foram aprovadas (1981) a Lei 6.902/81 que regulamentou a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e a Lei 6.938/81 da Política Nacional de Meio Ambiente, possibilitando a criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente que, para Bones e Hess (2002), permitiria, em tese, maior espaço para a participação social, pois através de associações e conselhos, os cidadãos poderiam determinar os mecanismos implementados em sua política ambiental. Todavia, para Ferreira e Ferreira (1992, apud Jacobi, 2003), não houve, por parte do governo brasileiro, um comprometimento com a luta para a proteção ambiental, sendo muito mais, uma tentativa de atenuar sua imagem negativa no cenário externo devido à sua atuação na Conferência de Estocolmo.

Já, os técnicos dessas entidades governamentais, mesmo ocupando cargos no aparelho do Estado, tentavam se aproximar da sociedade civil participando de entidades e movimentos ambientalistas, passando a ser atores importantes na crítica ecológica (PÁDUA, 1991). Esses acontecimentos configuram o que Viola e Leis (1992) chamam de dinâmica bissetorial, entre agências ambientais estatais e algumas entidades ambientalistas, ou seja, uma relação dialética entre as agências ambientais e estas entidades, baseada no conflito e na cooperação. Para eles, no fundo, a dualidade observada nesta relação representa a dialética existente no país entre Estado e sociedade.

De qualquer forma, a articulação entre os órgãos ambientais, na figura dos seus técnicos, e os pequenos movimentos ambientalistas foram responsáveis por manter a questão ambiental na contracorrente política, em um período ditatorial, cuja principal preocupação ambiental do Governo era melhorar a imagem no exterior.

Entre as décadas de 1970-80, torna-se cada vez mais claro que as promessas desenvolvimentistas não poderiam se concretizar e os problemas

sociais não seriam resolvidos. A baixa aderência ao discurso ambiental pela sociedade brasileira se devia, segundo Viola (1992), ao fato de que as entidades ambientalistas do início de 1970 não possuíam um diálogo e preocupação com as populações mais excluídas, não se atendo as perspectivas socioeconômicas da crise ambiental. Para Viola e Nickel (1994), outro fator referia-se ao isolamento das entidades brasileiras em relação a outros movimentos sociais, principalmente os do sul do país, que herdaram as ideias dos movimentos ambientalistas da Europa e dos Estados Unidos, porém, sem realizar as devidas adaptações para esta realidade social brasileira.

É neste contexto que, na década de 1980, com o crescimento da dívida externa e descontrole inflacionário, agravando ainda mais o problema da desigualdade social no país, os movimentos ambientalistas brasileiros começaram a manifestar suas preocupações sociais, incorporando-as em suas lutas. Isto os levou a assumir uma nova identidade – o *socioambientalismo*, que elegeu como prioridade, a articulação entre as questões ambientais e a equidade social. Este que possibilitava uma maior participação política, deixando o campo da estrita denúncia para ocupar espaço nas instâncias decisórias, se tornou parte constitutiva de um universo cada vez mais amplo de organizações não governamentais e movimentos sociais. Isto ocorre na medida em que os grupos ambientalistas influenciam diversos movimentos sociais que embora não tenham como seu eixo central a problemática ambiental, incorporam gradativamente a proteção ambiental como uma dimensão relevante do seu trabalho (JACOBI, 2003).

É nesta progressiva disseminação e preocupação pública com a deterioração ambiental, que Viola e Leis (1995) identificam a transformação dos movimentos ambientalistas brasileiros bissetoriais em movimentos multissetoriais e complexos, desencadeando uma série de mudanças na cultura ambientalista.

Na análise de Viola (1987), foi nesta década de 1980 que ocorreu um crescimento quantitativo, qualitativo e cumulativo, representando um momento de afirmação social dos movimentos ambientalistas brasileiros.

Entre essas influências, pode-se citar a integração das ONGs com o movimento indígena, incorporando em suas lutas, a defesa dos índios pela terra e a aproximação com os movimentos dos sem-terra (JACOBI, 2003).

A aproximação entre os movimentos ambientalistas rurais e da cidade, entre 1982 e 1985, foi um outro marco relevante na história do ambientalismo no país. A confluência entre o ecologismo urbano e o rural se deu quando foram debatidas e aprovadas, as leis estaduais de agrotóxicos nos Estados do Sul-Sudeste. O movimento urbano pôde ampliar notavelmente o escopo do debate, incluindo exemplos precisos de agricultura ecológica, em virtude do subsídio prático oferecido por 10 anos de experiência das comunidades alternativas rurais (PINHEIRO et al, 1985).

O contato dos militantes de esquerda brasileiros com o ativismo ecológico no período de exílio imposto pela ditadura militar foi um dos fatores mais importantes para os nossos movimentos. Segundo Sirks (1992), ao retornarem ao Brasil, estes militantes trouxeram consigo a experiência das lutas ambientais nos países desenvolvidos e o conhecimento do debate político sobre as interferências sociais na dinâmica natural, em contato com outros movimentos, como, os pacifistas, antinucleares e alternativos, do final dos anos 70.

O nascimento da política verde no Brasil está relacionado a este processo de renovação política do país, no qual inclui um enfrentamento mais substantivo do problema ecológico relacionado com as questões sociais e democráticas do país (PÁDUA, 1991). Neste enfrentamento, assiste-se a opção de alguns movimentos e suas lideranças pela inserção na disputa política por cargos eletivos, havendo a compreensão de que o discurso verde já possuía uma repercussão na sociedade brasileira (VIOLA; LEIS 1992; JACOBI, 2003; VIOLA, 1987). O envolvimento destes movimentos no cenário político ampliou-se, por meio de eleições parlamentares de 1982, aos nascentes partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que estavam comprometidos com os movimentos ambientalistas (SIRKS, 1992).

A partir de 1986, houve uma intensa movimentação entre diferentes grupos para articular uma intervenção na Assembleia Constituinte de 1988,

permitindo a formação de uma frente parlamentar verde, que possibilitou algumas conquistas para os movimentos ambientalistas, entre elas, o zoneamento ambiental, a exigência de apresentação de Estudos de Impactos Ambientais e sua discussão em audiências públicas, bem como, a introdução de diversas penalidades para agentes agressores do meio ambiente (JACOBI, 2003).

A agitação política face às eleições para elaboração de uma nova constituição, após aproximadamente duas décadas de ditadura, favoreceu a formação do Partido Verde brasileiro, que foi criado em 1986.

Ainda na década de 1980, a questão ambiental brasileira adquiriu repercussão internacional com o assassinato de Chico Mendes. Dentre as suas propostas, estava a criação das reservas extrativistas, nas quais os seringueiros teriam o usufruto da terra, para explorá-la de forma sustentável. O movimento dos seringueiros expressou assim outra vertente importante dos movimentos ambientalistas, cujas origens relacionadas a um conflito agrário combinando com reivindicações socioambientais, acabaram por criar uma identidade cultural particular - os *extrativistas*, com demandas específicas por políticas públicas.

Viola (1987) destaca três períodos na história do movimento ecológico no Brasil. Uma primeira fase – a *ambientalista*, de 1974 a 1981, caracterizada pela existência de dois movimentos paralelos, auto-identificados como apolíticos: os movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades e nas comunidades alternativas rurais. Uma segunda fase – a *de transição*, de 1982 a 1985, caracterizada pela confluência parcial e politização explícita progressiva dos dois movimentos acima assinalados, além de uma grande expansão quantitativa e qualitativa de ambos. E uma terceira fase – a *ecopolítica*, que começa em 1986, quando a grande maioria do movimento ecológico auto-identifica-se como político e decide participar ativamente na arena parlamentar.

Os anos 90, segundo Jacobi e Tristão (2010), foram responsáveis por um aprofundamento das experiências nos movimentos ambientalistas, em que a Educação Ambiental (EA) passa a ter um papel fundamental. Foi durante essa década que aconteceram grandes eventos marcantes, como os fóruns de

EA, a Rio 92 e a Rio+5, que foram responsáveis por fazer uma articulação entre *meio ambiente, desenvolvimento e educação*, dando evidência ao termo *desenvolvimento sustentável*, cunhado desde 1987, com a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum.

Para Carvalho (2001), foi a Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – a Rio-92, a responsável por abrir a década de 90, com discursos e debates ambientais que tiveram seus valores e conceitos discutidos até os dias de hoje. Para Viola e Leis (1995), no processo de preparação deste megaevento, houve um intenso debate entre os diversos setores do *ambientalismo* sobre a relação entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, norteado pelo relatório “Nosso Futuro Comum”, que defendia um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais preocupado com questões ambientais.

Com a realização da Rio-92, os atores envolvidos nesta articulação passaram a dialogar com movimentos e representantes de outros países, contribuindo para estabelecer relações internacionais entre os mesmos. Este evento, que foi marcado pela divergência entre países do Norte e do Sul sobre o ritmo do crescimento econômico e a necessidade de construir acordos diplomáticos e tomar decisões internacionais sobre a questão ambiental, produziu um documento com propostas de práticas e técnicas de *desenvolvimento sustentável* para as nações, estados e cidades – a *Agenda 21*. Foi por este documento que o termo *desenvolvimento sustentável* alcançou maior difusão e visibilidade, sendo objeto de inúmeras críticas pelos movimentos ambientalistas.

Foi na década de 1990 que se observou um movimento de profissionalização das atividades por algumas entidades ambientalistas (VIOLA, 1987). Jacobi e Tristão (2010), ao analisarem o processo de passagem do voluntariado para a profissionalização por algumas ONGs, afirmam que há uma alteração nos objetivos centrais, deslocando-se da denúncia, para a busca de alternativas de preservação e recuperação ambiental de modo a garantir qualidade de vida para as pessoas, trazendo um novo paradigma.

De acordo com Sirks (1992), estas entidades que passaram a dar ênfase a uma estrutura funcional mais profissional alcançaram importante espaço na sociedade. Capacitadas a atrair recursos de organizações ambientalistas de outros países, bem como, de empresas públicas e privadas, nacionais e multinacionais, essas entidades passaram a ocupar espaços, com um grau variado de seriedade e equilíbrio, entre o ideal ambientalista e o pragmatismo do relacionamento, com variadas fontes financiadoras com interesses diversos.

Neste contexto, ao mesmo tempo em que os movimentos ambientalistas tornaram-se mais abrangentes, alargando a questão ambiental para diversos grupos sociais e ampliando temas que passaram a fazer parte da pauta das reivindicações e lutas ambientais, tornaram-se cada vez mais heterogêneos em suas posições político-ideológicas e em suas formas de atuação.

No início do século XXI, novos problemas impostos pela globalização, tais como, a descartabilidade dos produtos e a expansão do consumo, se combinam com problemas históricos, como a devastação florestal. A redução na capacidade de mobilização pelos movimentos ambientalistas ocorre paralelamente à ampliação dos canais de divulgação, denúncia e circulação de informações pelas redes computacionais. A capitulação ao mercado de setores da sociedade que empunham a bandeira do meio ambiente contrasta-se com o movimento combativo que luta por justiça social e ambiental. Há ainda uma crise de representatividade dos atores políticos e um desgaste de partidos políticos que na década de 1980 propunham romper com os métodos tradicionais, mas que se renderam ao comodismo dos cargos e passaram a se aliar aos setores mais conservadores da política nacional.

Independentemente dos posicionamentos político-ideológicos destes movimentos, a educação sempre foi vista como um processo fundamental na busca de soluções para os problemas relacionados com os impactos ambientais e suas consequências para as diferentes formas de vida (CARVALHO, 2003). E é na articulação histórica entre movimentos e políticas nacionais e internacionais, em processos e fluxos que se determinam reciprocamente, que Loureiro (2003, 2008) e Carvalho (2004, 2008) identificam as origens da Educação Ambiental brasileira. Assim, a sua gênese é atrelada

aos movimentos ecológicos e ao debate ambientalista e não ao sistema educacional formal ou informal.

Segundo Loureiro (2008), a Educação Ambiental se inseriu nos setores governamentais e científicos vinculados à conservação dos bens naturais e iniciativas socioambientais em órgãos de meio ambiente, embora estas não tivessem capilaridade no tecido social. E adquire projeção no cenário brasileiro em meados da década de 1980, com a realização dos primeiros encontros nacionais, a atuação crescente das organizações ambientalistas, a incorporação da temática ambiental por outros movimentos sociais e educadores e o aumento da produção acadêmica.

Dentre as conferências e ações Internacionais que foram fundamentais para a consolidação da EA no Brasil, destaca-se a Rio-92, um dos eventos nacionais mais importantes, por ser um marco para um despertar socioambiental na educação do país. Esta garantiu a formulação da Agenda 21, a Carta Brasileira para a Educação Ambiental e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, mencionados anteriormente, que foram documentos importantes para a criação de políticas públicas de cunho ambiental e educacional. Porém, foi somente na década de 1980, que a EA passou a fazer parte da legislação brasileira, sendo um tópico importante da Política Nacional do Meio Ambiente (1981) da Constituição Federal (1988).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas sobre a forte influência dos movimentos ambientalistas europeus e norte-americanos em relação aos nossos, já que estes deixaram marcas profundas em nossa experiência brasileira, que perduram até os dias de hoje. Contudo, os processos endógenos, como o cenário de desigualdade social originada pela má distribuição de renda no país e a condição do Brasil como um país periférico no contexto mundial, foram determinantes no caso brasileiro. Para Viola (1987), embora os problemas de degradação ambiental enfrentados pelos países considerados de primeiro e terceiro mundo fossem semelhantes, os problemas sociais eram completamente distintos. Certamente,

uma história destes movimentos na América Latina, cujos países vivenciaram este mesmo modelo colonialista, pudesse trazer a possibilidade de um aprofundamento maior sobre os nossos movimentos.

A Educação Ambiental neste contexto, entendida como uma confluência entre o campo ambiental e o educacional trouxe a possibilidade de lidar com esta complexidade, permitindo as múltiplas abordagens da questão ambiental e suas causas, a possibilidade de caminhos alternativos em diferentes espaços de atuação (nos movimentos sociais, junto aos órgãos governamentais, nas escolas, enfim, em outros espaços educacionais formais e não – formais) e a possibilidade de enfrentamento da questão ambiental, para além do reducionismo e das dualidades anteriormente mencionadas.

Em função deste histórico dos movimentos ambientalistas no mundo e no Brasil, cabe destacar o importante papel da Educação Ambiental enquanto uma educação popular voltada para os movimentos sociais relacionados à questão ambiental. Uma educação que se dá na militância das causas ambientais e que envolve educadores enquanto *sujeito ecológico* que, para Carvalho (2004), pode ser descrito como um ideal ou uma utopia internalizado pelos indivíduos ou pessoas que adotam uma orientação ecológica em suas vidas, e ainda, envolve, educandos nos mais variados espaços sociais.

Para Coimbra e Fernandes (2005), a educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania, já que ela se constrói no processo de luta, que é, em si próprio, um movimento educativo. Neste contexto, a presença e consequente atuação dos movimentos sociais, organizados a partir da luta pela questão ambiental, é um fator de extrema relevância na sociedade. É aqui que os autores destacam a importância da educação ambiental nos movimentos sociais, ao propiciar o estabelecimento de uma responsabilidade coletiva em relação ao meio ambiente, na qual se buscará desenvolver uma cultura de respeito entre o homem e a natureza, mas também de compromisso social na busca de uma sociedade sustentável e menos desigual.

Em suma, a educação ambiental que desenvolve a cidadania ambiental, e que surge da militância, seja no campo ambiental como no educacional, é algo que se destaca neste estudo, e um tema de estudo a ser investigado e aprofundado.

REFERÊNCIAS

BONES, E.; HASSE, G. **Pioneiros da ecologia**: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

CARNEIRO, A. C. **A história do ambientalismo**: o socialismo, a direita e o ecologismo. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 3. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

_____. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, 2004.

CARVALHO, L. **O discurso ambientalista e a educação ambiental**: implicações para o ensino das ciências da natureza. Não há fontes bibliográficas no documento atual. Disponível em www.nutes.ufri.br/abrapec/vienpec/CR2/p1120.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

CAVALARI, R. M. F. **As concepções de natureza no ideário educacional no Brasil nas décadas de 1920 e 1930**. In: V Congresso Europeu CEISAL de Latinoamericanistas, Bruxelas, abr. 2007. Disponível em: <www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/CyT-MA/CyTMA-2-CAVALARI.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2009.

COIMBRA, A. S.; FERNANDES, A. A. Movimentos sociais e Educação Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande, v.15, jul/dez, 2005.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. Ed. São Paulo: HUCITEC. 2001.

DUARTE, R. H. **História & natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GONÇALVES, C.W.P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes: 2001.

LEIS, H. R. O desafio ecológico à ordem mundial. In: LEIS, H. R. (Org.) **Ecologia e política mundial**. Petrópolis: Vozes/FASE/PUC-Rio, 1991. p. 7-22.

LISBOA, M. V. Socioambientalismo: coerências conceituais e práticas entre os movimentos. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais: reflexões e questões levantadas no GDP. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 187-201, 2008.

_____. Educação ambiental no Brasil: Proposta Pedagógica. **Salto para o Futuro**, v. 18, n. 1, mar. 2008, p. 3-11.

_____. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 37-54, 2003.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2009 (Coleção primeiros passos).

SIRKS, Enquanto isso na Terra do Pau Brasil. In: MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992, p. 216-224.

TRISTÃO, M.; JACOBI, P. R. (Orgs). **Educação Ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa**. São Paulo: Annablume, 2010.

JACOBI, P. R. Movimento ambientalista no Brasil: representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (Org.). **Patrimônio ambiental**. São Paulo: EDUSP, 2003.

PÁDUA, J. A. Natureza e projeto nacional. As origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J. A (Org.). **Ecologia e política no Brasil**: espaço e tempo. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

_____. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, H. R. (Org.) **Ecologia e política mundial**. Petrópolis: Vozes/FASE/PUC-Rio, 1991. p. 135-161

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VIOLA, E. J. A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 6-12, jan./jun. 1992.

_____. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Florianópolis, n. 3, 1987.

SORNBERGER, N. A.; AMARAL, A. Q.; CARNIATTO, I.; TOBALDINI, B. G.; NASCIMENTO, E. V. J. A consolidação do movimento ambientalista e da educação ambiental no Brasil e no mundo: algumas perspectivas históricas. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, maio 2014.

VIOLA, E. J.; LEIS, V. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D.; VIEIRA, P. (Orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

VIOLA, E. J. ; LEIS, H. R. O ambientalismo multissensorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, E. J.; LEIS, H. R.; SCHERER-WARREN, I. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1995. p.134-160.

VIOLA, E. J.; NICKEL, J. W. Integrando a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente: lições do Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 40, p. 167-170, 1994.

Recebido em: 07/10/2017

Aprovado em: 11/12/2017